

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado do exercício

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com clientes

Veja a Nota 8 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas, tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;(ii) a verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados.(iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.553	84.298
Concessionárias e permissionárias	6	3.945	-
Tributos e contribuições a compensar	7	426	326
Depósitos judiciais e cauções		5	5
Total do ativo circulante		34.929	84.629
Não circulante			
Impostos a compensar		112	-
Ativo de contrato	8	505.214	397.775
Total do ativo não-circulante		505.326	397.775
Total do ativo		540.255	482.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	9	3.937	31.989
Tributos e encargos a recolher	10.2	750	1.533
Empréstimos e debêntures	11	4.770	1.811
Dividendos	14	80.159	51.710
Outros passivos circulantes		272	6
Total do passivo circulante		89.888	87.049
Não circulante			
Impostos renda e contribuição social diferidos	10.1	16.743	13.120
PIS e COFINS diferidos	10.1	15.043	12.977
Empréstimos e debêntures	11	250.346	230.467
Total do passivo não circulante		282.132	256.564
Patrimônio líquido	14		
Capital social		70.875	70.875
Reserva legal		9.017	6.022
Reserva de lucros		88.343	61.894
Total do patrimônio líquido		168.235	138.791
Total do passivo e patrimônio líquido		540.255	482.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	16	137.779	334.025
Custo de construção	17	(51.954)	(206.550)
Custo de operação e manutenção	17	(2.507)	-
Lucro Bruto		83.318	127.475
Despesas operacionais	18	(3.029)	(2.646)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		80.289	124.829
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		1.068	2.074
Despesas financeiras		(15.841)	(9.304)
		(14.773)	(7.230)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		65.516	117.599
Imposto de renda e contribuição social correntes	20.1	(1.362)	(684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	(4.262)	(8.052)
Lucro líquido do exercício		59.892	108.863
Lucro líquido do exercício por ação	15	0,8450	1,5359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	59.892	108.863
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucros líquido do exercício	<u>59.892</u>	<u>108.863</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros e prejuízos acumulados</u>	<u>Reserva de legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018	41.875	-	579	10.184	52.638
Aumento de capital	29.000				29.000
Lucros líquido do exercício		108.863			108.863
Constituição de reserva legal		(5.443)	5.443		-
Dividendos mínimos obrigatórios		(51.710)			(51.710)
Constituição de reserva lucros		(51.710)		51.710	-
Em 31 de dezembro de 2019	70.875	-	6.022	61.894	138.791
Lucros líquido exercício		59.892			59.892
Constituição de reserva legal		(2.995)	2.995		-
Pagamento de dividendos				(2.000)	(2.000)
Dividendos mínimos obrigatórios		(28.449)			(28.449)
Constituição de reserva lucros		(28.449)		28.449	-
Em 31 de dezembro de 2020	70.875	-	9.017	88.343	168.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IR e CS	65.516	117.599
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	-	1
Transferência de imobilizado	-	9
Encargos e atualização de empréstimos e debentures	16.593	2.204
Impostos diferidos	4.614	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Ativo de contrato	(111.990)	(334.024)
Clientes	(3.945)	-
Adiantamento à fornecedores e funcionários	-	4
Impostos a Compensar	(212)	(186)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	(28.052)	31.277
Salários e encargos a pagar	-	(14)
Obrigações fiscais	(757)	(179)
Outros Passivos Circulantes	243	-
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(57.990)	(183.309)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação empréstimo	8.592	230.073
Pagamento juros	(2.347)	-
Integralização de capital	-	29.000
Dividendos Pagos	(2.000)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	4.245	259.073
Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(53.745)	75.764
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	84.298	8.534
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.553	84.298
Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(53.745)	75.764

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/ Sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 11 de fevereiro de 2022 e são descritas a seguir:

1.2 Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

1.3 Receita Anual Permitida – RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324 milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel.

Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. teve a sua entrada em operação parcial em Fevereiro/2020, uma antecipação de 24 meses em relação ao cronograma Aneel.

A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

A entrada em operação do Bloco 1 ocorreu em 23 de fevereiro de 2020 e a entrada em operação do Bloco 2 ocorreu em 30 de dezembro de 2020.

1.4 Impactos do COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente

elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 25 de maio de 2021.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 - Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

(a) Julgamentos

Julgamentos considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Nota explicativa 9 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Nota explicativa 7 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(b) Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

a. Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a LEST regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa

de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4 Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido ajustado, nos termos dos artigos 195.a e 202 da Lei 6.404/76.

3.8 Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.9 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.10 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

3.11 Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

a. Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

b. Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.13 Impostos sobre a receita

a. Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de

aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.14 Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos (alteração CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS1)
- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	76	218
Fundos de renda fixa CDB (i)	30.477	84.080
	<u>30.553</u>	<u>84.298</u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú High Grade RF Crédito Privado e Itaú Corp Plus RF Referenciado DI - FIC). e pelo Banco do Nordeste (BNB Institucional FI RF), que tiveram no ano de 2020, remuneração média referenciada ao CDI de 90%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionária e permissionária (a)	3.945	-
	<u>3.945</u>	<u>-</u>

- (a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$543mil em 05/01/2021, R\$555mil em 15/01/2021, R\$2.288mil em 25/01/2021 e R\$559mil em 05/02/2021.

A administração acredita que não há Perdas de Crédito Esperadas (PCE).

7. Tributos e contribuições a compensar

Circulante

	2020	2019
Imposto de Renda	151	-
Contribuição Social	30	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	130	214
PIS	20	-
Cofins	94	-
ICMS	-	112
	<u>425</u>	<u>326</u>

Não circulante

ICMS	<u>112</u>	<u>-</u>
------	------------	----------

8. Ativo de contrato

	2020	2019
Receita de construção	81.879	323.190
Receita de remuneração	54.187	22.637
Receita de Operação e Manutenção	4.677	-
Receita Anual Permitida	(33.304)	-
Total	<u>107.439</u>	<u>345.827</u>
Saldo Acumulado	<u>505.214</u>	<u>397.775</u>

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo

do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

9. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Camargo Corrêa Infra S.A	845	9.302
SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	-	5.801
Cia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)	2.298	978
Schneider Electric Brasil Ltda	281	1.393
Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda	102	8.442
ABB Ltda	15	1.836
Lucy Equipamentos Eletrônicos Ltda	-	1.156
Outros Prestação de serviços	396	3.081
	<u>3.937</u>	<u>31.989</u>

O valor corresponde a prestação de serviços de implantação da linha de transmissão, conforme previsto no contrato de concessão.

10. Impostos correntes e diferidos

10.1. Impostos diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ E CSLL	16.743	12.487
Pis e COFINS	15.043	13.610
Total	<u>31.786</u>	<u>26.097</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro/de contrato e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento.

10.2. Impostos correntes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de Renda	244	274
Contribuição Social	127	100
PIS	6	-
COFINS	29	-
ICMS	19	336
ISS	254	631
INSS	26	30
FGTS	3	2
Imposto de Renda Retido na Fonte	20	65
Contribuição Social	22	96
Total	<u>750</u>	<u>1.534</u>

11. Empréstimos e debêntures

Empréstimos:

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	1,5% a.a.	15/10/2038		
Circulante			2.018	1.811
Não circulante			<u>223.026</u>	<u>202.761</u>
			<u>225.043</u>	<u>204.572</u>

Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$ 211.352.890,52 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, com vigência até 30 de junho de 2022. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da companhia. Em 31 de dezembro de 2020 não havia parcelas inadimplidas.

Debêntures:

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	IPCA + 5,3649% a.a.	15/02/2034		
Circulante			2.752	-
Não circulante			<u>27.320</u>	<u>27.706</u>
			<u>30.072</u>	<u>27.706</u>

Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$ 27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020		
2021	4.770	1.293
2022	9.043	5.431
2023	9.405	6.147
2024	10.202	6.957
2025	10.811	7.875
2026 a 2042	210.885	202.765
	<u>255.116</u>	<u>230.468</u>

Movimentação dos empréstimos e debêntures:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	232.278	202.761
Empréstimo BNB	8.592	-
Emissão debêntures	-	27.000
Custo de emissão das debêntures	-	312
Juros pagos	(2.347)	2.205
Juros provisionados	15.764	
Atualização monetária do principal	829	-
	<u>255.116</u>	<u>232.278</u>

13. Provisões

Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Em 31 de dezembro de 2020 a Lest possuía processos de contingência passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Servidão, totalizando o valor de R\$ 836. Sendo R\$74 com prognóstico possível e R\$ 762 com prognóstico provável. (O saldo se mantém desde 2019)

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Vinci Infra Coinvestimento	14.178.339	14.178	20%	14.178.339	14.178	20%
Vinci Infra Transmissão V2I Transmissão de Energia S.A	21.330.058	21.330	30%	21.330.058	21.330	30%
	35.366.647	35.367	50%	35.366.647	35.367	50%
	70.875.044	70.875	100%	70.875.044	70.875	100%

14.2 Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	2020	2019
Capital Social	70.875	70.875
Percentual	20%	20%
Limite permitido	14.175	14.175
Constituição de Reserva Legal		
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	59.892	108.863
Total da Reserva Legal	2.994	5.443

14.3 Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	59.892	108.863
Constituição da Reserva legal	2.994	5.443
Base para dividendos	56.898	51.710
Percentual	50%	50%
Dividendos a distribuir	28.449	51.710

Composição do saldo de dividendos distribuir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	57.710	-
Constituição do dividendos a distribuir	28.449	51.710
Dividendos distribuídos (a)	(2.000)	-
Saldo final	78.159	51.710

(a) Conforme AGE de 24 de julho de 2020, houve pagamento de R\$2.000.000,00 em dividendos, no dia 31 de julho de 2020, sendo R\$ 998.000,00 à V2i Energia S.A., R\$ 602.000,00 à Vinci Infra Transmissão FIPI e R\$ 400.000,00 à Vinci Infra Coinvestimento I Fundo FIPI.

15. Resultado por ação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro do exercício	59.892	108.863
Lucro por ação	0,8450	1,5359

16. Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de construção	81.879	323.190
Receita de remuneração	54.187	22.637
Receita de Operação e Manutenção	4.677	-
	140.743	345.827

Pis e COFINS diferidos	(2.546)	(11.802)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(419)	-
	(2.964)	(11.802)
Receita líquida	137.778	334.025

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados

	2020	2019
Serviços de Terceiros	8.774	7.984
Custos com viagens	183	240
Remuneração de pessoal	1.312	610
Provisões trabalhistas	72	7
CCI - Compartilhamento de Infraestrutura e Alugueis	1.321	1.053
Seguros	69	85
Serviços fundiários	677	5.338
Autarquia local	26	133
Serviço para o licenciamento ambiental	3.492	5.721
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	37.467	165.955
Maquinas e Equipamentos	12	22
Adiantamentos a Fornecedores		16.431
Impostos e Taxas	1.056	2.971
	54.461	206.550

18. Despesas gerais

	2020	2019
Despesas com serviços profissionais	1.052	783
Despesas com remuneração de pessoal	931	760
Honorários da diretoria	584	512
Despesas com consultoria e assessoria	85	-
Despesas com aluguel	230	192
Despesas com viagens	12	66
Despesas com impostos e taxas	15	18
Outras despesas gerais	120	315
	3.029	2.646

19. Resultado financeiro

	2020	2019
Tarifas	(24)	(60)
Multa e Juros	(11)	-
Atualização monetária	-	(444)
IOF	(2)	-
Serviços bancários	-	(4.534)
Taxas financeiras	-	(60)
Juros s/ Financiamentos	(14.228)	(3.894)
Juros s/ Debentures	(1.537)	(312)
Despesa sobre aplicação financeira	(39)	-

Despesas financeiras	(15.841)	(9.305)
Receitas sobre aplicação financeira	1.068	2.074
Receitas financeiras	1.068	2.074
Resultado financeiro	(14.773)	(7.231)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

20.1) Movimentação do imposto de renda e da contribuição correntes:

	2020	2019
<u>Receita realizada</u>	4.068	2.073
IRPJ - 15%	(610)	(311)
CSLL - 9%	(366)	(187)
Adicional - 10%	(386)	(186)
Total	(1.362)	(684)

20.2) Movimentação do imposto de renda e da contribuição diferidos:

	2020	2019
Receita de construção	81.879	323.190
Receita de remuneração	54.187	22.637
Receita de operação e manutenção	4.677	-
Receita financeira	1.068	2.073
Total receita	141.811	347.900
Receita base diferido	-	-
Receita de construção	80.279	323.190
Ativo financeiro	54.187	22.637
Receita de operação e manutenção	4.677	-
Total	139.143	345.827
Presunção IRPJ - 8%	11.131	26.859
Presunção CSLL -12%	16.698	40.289
IRPJ - 15%	(1.670)	(4.029)
Adicional - 10%	(1.089)	(2.687)
Total IRPJ diferido	(2.759)	(6.716)
Total CSLL diferida - 9%	(1.503)	(3.636)
Total IRPJ e CSLL diferidos	(4.262)	(10.342)

21. Seguro

<u>Modalidade</u>	<u>Importância Segurada R\$</u>	<u>Período de Vigência</u>
Seguro - Riscos Operacionais	222.684.878	08 de maio de 2021 a 08 de maio de 2022
Seguro Garantia Aneel	13.583.557	01 de agosto de 2017 a 08 de novembro de 2022.

(*) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:

- a) Processos administrativos.
- b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
- c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
- d) Regulamentos administrativos.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

22. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis se aproxima razoavelmente dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 – Mensuração do valor justo, e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

23. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</u>	<u>Nível</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações financeiras	2	30.477	84.080
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	2	30.553	84.298
Concessionárias e permissionárias	2	3.945	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	2	255.116	230.468
Fornecedores	2	3.937	31.989

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

24. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b. Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras

26. Remuneração da administração

A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” como “ Honorários da diretoria”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	180	32
Provisões trabalhistas	36	4
Benefícios	330	150
Conselheiros e Diretores	584	480
Encargos sociais	66	101
Participação nos Lucros	320	505
	<u><u>1.515</u></u>	<u><u>1.272</u></u>

27. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não mantém saldo de Partes relacionadas.

28. Eventos Subsequentes

Conforme AGE de 18 de janeiro de 2021, houve o pagamento de R\$ 10.000.000,00 em dividendos, no dia 12 de fevereiro de 2021, sendo R\$ 4.990.000,00 à V2i Energia S.A., R\$ 3.010.000,00 à Vinci Infra Transmissão FIPI e R\$ 2.000.000,00 à Vinci Infra Coinvestimento I Fundo FIPI.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto

Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9